

Como fica seu direito à aposentadoria se a Reforma da Previdência for aprovada?

Novo governo admite aprovar mudanças ainda este ano. Como sempre, quem perde é o povo, que terá de trabalhar ainda mais e vai receber benefícios inferiores. Trabalhadores organizam campanha contra a Reforma

Na última quarta-feira, 7, o presidente eleito Jair Bolsonaro se encontrou com Michel Temer para tratar da transição e a prioridade na pauta é buscar um acordo para aprovar a atual proposta da Reforma da Previdência. A ideia é fazer com que o novo governo não fique com o ônus da impopularidade das medidas, que tornarão a aposentadoria ainda mais difícil para os brasileiros.

CALOTE DAS EMPRESAS

O banqueiro e economista Paulo Guedes, futuro superministro da área econômica, admite aprovar ainda este ano o projeto de Temer para, somente em 2019, impor novas alterações, que vão incluir a privatização do sistema, com uma capitalização administrada por bancos privados. A proposta é idêntica à que levou a previdência no Chile ao colapso, com mais de 90% dos trabalhadores recebendo metade de um salário mínimo de benefício e milhares de pessoas que não conseguiram se aposentar.

O atual e o futuro governo



A Reforma da Previdência tornará ainda mais difícil o direito dos brasileiros à aposentadoria. Novo governo quer criar sistema de capitalização privada

só não falam em cobrar a dívida de bancos e grandes empresas privadas ao INSS: o calote chega a R\$450 bilhões.

IDADE MÍNIMA

Pela regra atual, não há idade mínima para se aposentar, mas somente tempo de contribuição (35 anos para homens e 30, para mulheres). Há ainda o fator 85/95, equação criada em junho de 2015, que leva em conta a

idade e o tempo de contribuição, sendo 85 o fator da mulher e 95 o do homem. Ou seja, uma mulher com 55 anos e 30 de contribuição pode se aposentar; para o homem o parâmetro seria de 60 anos e 35 de contribuição.

Com a Reforma da Previdência, independentemente do tempo de contribuição, os homens só se aposentam com 65 anos de idade e as mulheres, 62. Já nas alterações propostas por Paulo Guedes, que viriam em 2019, ambos teriam que completar 65

anos para adquirir o benefício. Essa regra prejudica quem trabalhou mais tempo, especialmente os mais pobres, que para ajudar no orçamento da família, começam a trabalhar mais cedo e a proposição de Guedes não leva em consideração a dupla jornada das mulheres.

Há uma regra de transição para que nova idade seja implantada. Os que se enquadrarem na regra de transição poderão se aposentar pelas regras atuais, mas terão que cumprir o pedágio que, ao que tudo indica, será de 40% ou 50% a mais sobre o tempo que falta para a aposentadoria.

REAÇÃO POPULAR

Reunidas no último dia 1º de novembro, na sede do Dieese, em São Paulo, as sete principais centrais sindicais do país, CUT, CSB, CSP/Conlutas, CTB, Força Sindical, Intersindical e Nova Central, decidiram organizar uma grande mobilização popular contra a proposta de mudanças nas regras previdenciárias do novo governo, divulgadas na grande mídia.

Militares geram metade do déficit da previdência da União

Os militares respondem por quase metade do déficit da previdência da União. Os dados são de um cálculo feito pelo ex-secretário da previdência e consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim. Em 2015, o déficit dos militares era de R\$ 32,5 bilhões, ou 44,8% do rombo de R\$ 72,5 bilhões da previdência da União, enquanto o déficit dos civis era de R\$ 40 bilhões. O número de militares no país —

na ativa, na reserva e já reformados — é de 662 mil ou 43% do total de 1,536 milhão de servidores públicos. Um beneficiário militar federal, por exemplo, custa 16 vezes mais do que um segurado do INSS. O chamado déficit per capita anual dos militares ficou em R\$ 99,4 mil em 2016, contra R\$ 6,25 mil no INSS. O déficit com militares projetado para 2019, e seus pensionistas, está projetado em R\$ 43,3 bilhões, contra

R\$ 42,6 bi do ano passado. Um oficial do Exército chega a se aposentar com 48 anos de idade e salário integral da ativa. Isto porque, no tempo de contribuição é computado até mesmo o período em que o aluno está na escola militar preparatória.

Militares, juizes, procuradores do Ministério Público e políticos, os mais privilegiados, não estão incluídos na Reforma da Previdência.

Fim do Ministério do Trabalho

O presidente eleito Jair Bolsonaro, anunciou o fim do Ministério do Trabalho. A ideia, segundo o militar, é “fundir a pasta com algum Ministério”. A declaração foi feita na quarta-feira, dia 7, em almoço no Superior Tribunal de Justiça (STJ), oferecido pelo presidente do tribunal e do qual também participou o juiz Sérgio Moro, futuro ministro da Justiça e Segurança Pública.

CONQUISTAS EM PERIGO

Fundado há 88 anos pelo presidente Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho é de fundamental importância, em decisões históricas em defesa do trabalhador, como a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do 13º salário. Na avaliação do movimento sindical, a medida coloca em risco direitos conquistados pelos brasileiros. O presidente da CUT, o bancário Wagner Freitas, critica a extinção da pasta, anunciada pelo governo recém-eleito no Brasil. O dirigente sindical chama atenção para o risco de retirada de direitos e para a falta de respeito que a medida representa aos trabalhadores. “Só a luta pode garantir direitos e conquistas”, destaca.

FIM DOS DIREITOS

A decisão retira qualquer dúvida de quem não acreditava que o novo governo tem como prioridade, além da Reforma da Previdência, extinguir de vez os direitos trabalhistas. Bolsonaro, ainda em campanha, anunciou que criará uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, em que o trabalhador não terá nenhum direito previsto na CLT. De acordo com a proposta, o empregado poderá escolher entre a nova carteira, sem direitos, e a antiga, de cor azul, com todas as conquistas trabalhistas. O que ninguém acredita é que o empregador vai mesmo dar ao futuro empregado, o direito de escolher uma das formas de trabalho.

Curso de Paternidade Responsável será nos dias 27 e 28

Quem ainda não se inscreveu deve logo garantir a sua vaga. As inscrições estão abertas para a próxima turma do programa Paternidade Responsável, que será realizada na terça e quarta-feira, dias 27 e 28 de novembro, no auditório dos Bancários: Av. Presidente Vargas, 502, 21º andar, Centro. Organizado pelo Sindicato, os participantes serão preparados e certificados para lidar com situações paternas, além de adquirir o direito dos vinte dias de licença paternidade. Mas atenção: para participar do curso, o bancário tem de ser sindicalizado. Nos dias de aula, os interessados que não são sindicalizados poderão se filiar para fazer o curso e adquirir o direito. Mais informações ligue 2103-4170 e garanta a sua vaga.

DIVIDINDO AS TAREFAS

O nascimento de um filho muda e renova a vida de um casal. A ampliação da licença-paternidade de 5 para 20 dias, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016, permite aos homens mais tempo para curtir o bebê e contribuir para que eles

CURSO PATERNIDADE RESPONSÁVEL

27 E 28 NOVEMBRO | **18h30 ÀS 21h30**

AV. PRES. VARGAS, 502/21º ANDAR

INSCRIÇÕES ABERTAS

INFORMAÇÕES: 2103-4170

Bancários-Rio | **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS**

www.bancariosrio.org.br | @bancariosrio

ajudem as mães nas tarefas de casa e cuidados com a criança. O programa “Empresa Cidadã, em que o empregador recebe incentivos fiscais para firmar o acordo que amplia a licença é um sucesso, favorecendo o vínculo dos papais com os filhos e para dar suporte às mulheres neste momento tão importante para a vida da família.

SEGURIDADE PRIVADA

Chile tem suicídio recorde entre idosos

Entre 2010 e 2015, 936 idosos com mais de 70 anos de idade tiraram a própria vida, no Chile. Segundo levantamento do Ministério da Saúde do país, a maior parte tinha mais de 80 anos. Uma das autoras da pesquisa, Ana Paula Vieira, acadêmica de Gerontologia da Universidade Católica, disse que muitos dos suicídios ocorrem porque os idosos não possuem recursos financeiros para

sobreviver, fruto do sistema de previdência privada adotada pelo país, nos anos 80, durante a ditadura militar do general Augusto Pinochet.

REESTATIZAÇÃO DA SEGURIDADE

O modelo fracassado, que parte da criação de uma capitalização gerida por bancos privados, em substituição à Seguridade Social, resultou nas

“Nós mulheres sabemos a importância da presença e apoio dos pais neste momento tão especial em que a criança precisa tanto de carinho e cuidados. O curso é necessário para usufruir deste relevante direito conquistado pelos trabalhadores e trabalhadoras”, afirma a diretora da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, Kátia Branco.

maiores manifestações populares da história do Chile, exigindo o retorno do modelo público.

Carolina Espinoza, dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal, alerta para os riscos do modelo.

“Houve crises financeiras nas quais perdemos todas as economias depositadas ao longo da vida, porque ficamos sujeitos aos vaivéns do mercado”, critica.

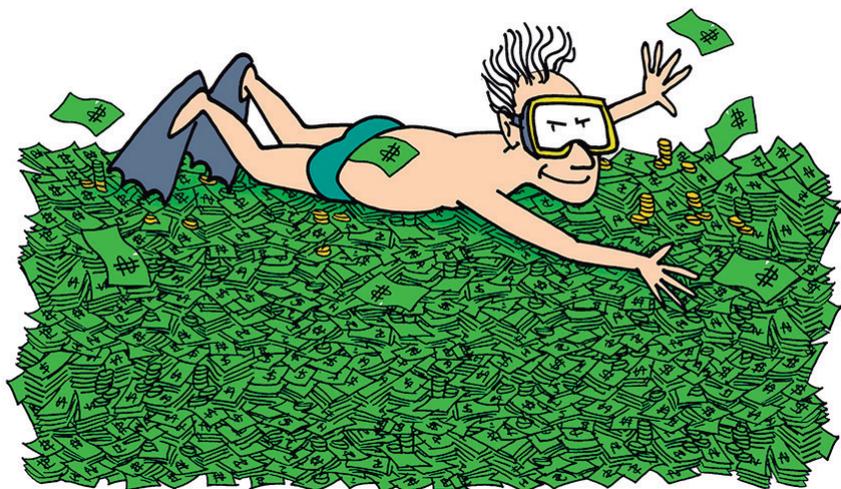
BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contento - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:** Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

NADANDO EM DINHEIRO

Crise não passa nem perto dos bancos: Itaú, Bradesco e Santander faturam R\$44 bilhões

Lucros das três maiores instituições financeiras privadas do país apresentam nos nove primeiros meses de 2018 crescimento médio de 10,1%



O Brasil passa por uma grave crise econômica. Indústrias falindo, lojas fechando, desemprego e a miséria crescendo a olhos nus nas ruas. Mas quem paga a conta é sempre o trabalhador. Já os bancos com ou sem crise, continuam nadando em dinheiro. As três maiores instituições financeiras privadas do país lucraram R\$44 bilhões

de janeiro a setembro de 2018.

No terceiro trimestre deste ano, o Itaú Unibanco lucrou R\$6,247 bi. No mesmo período, o Bradesco faturou R\$5,01 bi e o Santander, R\$3 bi.

Só com a receita de tarifas, o setor cobre de 131% a 181% das despesas de pessoal, já incluídos os valores pagos a título de PLR.

BRDESCO DEMITE MAIS

No Bradesco, em função do Programa de Demissão Voluntária, implementado em 2017, o saldo do emprego segue negativo em 2.529

postos de trabalho.

“O Bradesco não para de demitir trabalhadores e fechar unidades contribuindo para o agravamento da crise no país, já que, sem emprego e renda, a economia do país não gira. Só os banqueiros ganham com este modelo econômico”, disse o diretor do Sindicato, Leuver Ludloff.

Já o Itaú e o Santander, em função das respectivas incorporações do Citibank pela rolding da família Setúbal e de empresas de Tecnologia da Informação (TI) adquiridas pelo grupo espanhol, mesmo com um número grande de demissões, o saldo foi positivo, 4.669 e 1.102, respectivamente.

Quanto à rede de agências, Santander e Itaú apresentaram saldo positivo, ainda que baixo: 8 agências físicas abertas no Itaú (e mais 17 agências digitais) e 21, no Santander. No Bradesco, o saldo foi negativo em 193 agências, no período.

A evolução dos lucros*

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Evolução (%)
Bradesco	9	11,22	13,31	12,73	14,16	15,73	74,80%
Itaú Unibanco	11,15	14,95	18,01	16,4	18,59	19,25	72,60%
Santander	4,33	4,32	5,01	5,35	7,2	8,99	107,40%

*Nove primeiros meses do ano. Em bilhões de Reais. Fonte: Dieese

Pressão no Bradesco adoece bancários

Mesmo com lucro astronômico, a direção do Bradesco continua a pressionar, cada vez mais, os bancários para cumprirem as metas abusivas determinadas pelo banco. A prática acontece nas inúmeras reuniões de cobrança de produção e está levando os bancários a procurarem os consultórios médicos em busca de tratamento.

Os diretores do Sindicato têm visitado às agências do banco para conversar com os bancários e divulgar o canal criado especialmente para a categoria fazer denúncias. “O Sindicato está de olho na prática de excesso de poder por parte de gestores de produtos e tomaremos as medidas necessárias para garantir a saúde e dignidade do traba-



lhador bancário. Através do email assediomoral@bancarios.org.br, a categoria pode e deve fazer denúncia sem precisar se identificar e isso é muito importante para que o Sindicato fique informado do que acontece e possa tomar as providências” afirmou a diretora do Sindicato, Nanci Furtado.

Copa Bancária em reta final

A Copa Bancária está de volta neste sábado (10) com quatro partidas da categoria amadora, que rolarão a bola a partir das 8h30 para decidir

os confrontos da semifinal. No domingo não haverá partida, a rodada dos veteranos quer vai

decidir os dois times finalistas da competição será realizada somente no dia 25.



Próxima rodada – Sábado (10/11)

8h30	Bradesco Guerreiros	x	Bradesco Bracelona
9h30	Bradesco Caduco	x	Bradesco Siqueira Campos
10h30	Bradesco Rio Centro	x	Bradesco Resenha
11h30	Itaú Brahmeiros	x	Real União

A BATALHA CONTINUA

Projeto que preserva planos de saúde nas estatais é aprovado em Comissão da Câmara

Proposta da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) susta medidas da Resolução 23 da CGPAR e segue para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados (CCJC) que prejudicam sistemas de saúde de trabalhadores de estatais

Crédito: Nando Neves



Crédito: Will Shutter/Câmara Deputados



A luta do Sindicato em defesa da qualidade dos planos de saúde dos funcionários de estatais, como o Saúde Caixa e a Cassi, vai continuar. Projeto da deputada Federal Erika Kokay (PT-DF) vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Trabalhadores usuários dos programas de assistência à saúde das estatais federais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, tiveram uma importante vitória na batalha contra a Resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), do Ministério do planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foi aprovada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na quarta-feira, dia 7, o

parecer do relator, deputado Ronaldo Nogueira (PTB), ao Projeto de Decreto da Legislativo (PDC 956/2018). A proposta da deputada Erika Kokay (PT-DF), que é bancária da Caixa, objetiva sustar efeitos da resolução 23 da CGPAR, que piora as regras para planos de saúde nas estatais, através de cortes de investimentos para reduzir a dívida pública.

“Nem tudo está perdido. Esta é uma vitória importante, uma luz no fim do túnel, mas a mobilização precisa continuar. Não é justo

que o governo mantenha privilégios e queira que apenas o trabalhador pague a crise, precarizando os sistemas de saúde dos funcionários de estatais. Saúde é um direito fundamental da qual não vamos abrir mão. Continuaremos a luta pela qualidade do Saúde Caixa e da Cassi”, afirma o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

A proposta segue agora para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

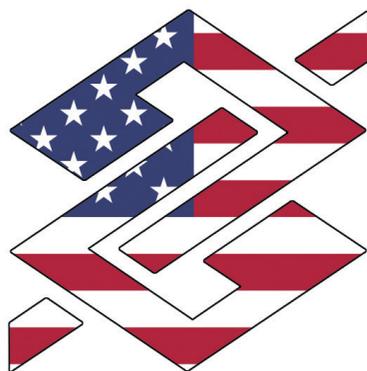
PRIVATIZAÇÃO À VISTA

Equipe de Paulo Guedes pensa em fusão do BB com Bank of America

A equipe do economista e banqueiro Paulo Guedes, futuro superministro da área econômica do governo Bolsonaro, anunciou a intenção de fusão do Banco do Brasil com o Bank of America. O objetivo seria o de “tornar a economia brasileira mais aberta e liberal”, propondo a associação do maior banco brasileiro com o líder do setor bancário norte-americano. A informação foi publicada no site Poder 360, conhecido por suas posições em prol do mercado e do liberalismo econômico. Segundo a notícia, Guedes acredita que a fusão abriria a porta para instituição estrangeira atuar no Brasil e assim “aumentar a competição no setor bancário”, altamente concentrado. Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil iria para os EUA e levaria seu expertise para lidar com o público latino.

FALTA DE CRÉDITO?

Para o economista, o Brasil tem um proble-



ma crônico de “falta de crédito”. É estranha a contradição do argumento do banqueiro fundador do Banco BGT Pactual, pois são exatamente os bancos públicos que oferecem a maior parte do crédito para o desenvolvimento econômico e social, através de crédito habitacional, para agricultura familiar, programas de

distribuição de renda e crédito educativo.

“Uma coisa é certa: o BB não vai passar incólume pelos 4 anos do governo de Jair Bolsonaro”, diz a matéria, que desmitifica a crença de quem dizia não acreditar que o governo eleito pautaria a privatização do BB e da Caixa.

Guedes queria Alexandre Bettamio, presidente do Bank of America para a América Latina, para presidência do BB, mas o executivo não aceitou.

“A proposta de fusão confirma nossas denúncias, durante a campanha eleitoral, de que Bolsonaro tem como uma de suas prioridades, privatizar as instituições públicas, e está claro com estas declarações que o Banco do Brasil está na mira do projeto privatista. É preciso fortalecer a mobilização para garantir o emprego dos funcionários e o papel social que somente um banco público tem interesse em exercer”, afirma Rita Mota diretora do Sindicato e membro da COE (Comissão de Empresa dos Empresa).